

FINANCEIRIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E SUAS INFLUÊNCIAS NAS ESCOLAS CAMPELINAS

FINANCIALIZATION OF EDUCATION AND ITS INFLUENCES ON CAMPELIN SCHOOLS

Vinicius da Silva Freitas¹

Maria das Dores Aguiar Carvalho²

Ivani Monsueth Alves Oliveira³

Antonielson Rodrigues de Sousa Junior⁴

Gabriel Maçalai⁵

Marttem Costa de Santana⁶

RESUMO: Este resumo apresenta uma síntese do tema, da metodologia, dos resultados e das palavras-chave relacionadas à financeirização da educação e suas influências nas escolas camponesas. O objetivo é destacar o impacto do avanço da lógica financeira no campo educacional, especificamente nas escolas situadas em áreas rurais, conhecidas como escolas camponesas. Para compreender as influências da financeirização da educação nas escolas camponesas, foi realizada uma revisão bibliográfica abrangente. Diversas fontes foram consultadas, como artigos científicos, livros, relatórios e documentos governamentais. A metodologia incluiu a busca por informações relevantes, a seleção e a análise crítica dos estudos mais pertinentes ao tema. A financeirização da educação tem gerado impactos significativos nas escolas camponesas. A lógica financeira, centrada na busca por lucro e competitividade, tem levado a uma série de consequências negativas. As escolas camponesas, que geralmente operam com recursos limitados e enfrentam desafios específicos, como falta de infraestrutura adequada, são afetadas de diversas maneiras. A influência da financeirização da educação pode resultar na privatização do ensino em áreas rurais. Esse fenômeno pode levar à exclusão e segmentação, dificultando o acesso à educação de qualidade para os estudantes camponeses. Além disso, a ênfase nos aspectos financeiros pode levar a uma visão mercadológica da educação, com a priorização de resultados e a perda de valores educacionais fundamentais, como a formação integral dos alunos e o respeito às especificidades das comunidades rurais. Além disso, a ênfase na lógica financeira na educação resulta em uma visão mercadológica, em que o desempenho e os

¹ Doutorando em Educação pela Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. viniciuscarvalho34@hotmail.com.

² Especialista em Educação Especial pela Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS, Brasil. 12dorinha.carvalho@gmail.com.

³ Mestranda em Ciências da Educação na Universidade Del Sol, Asunción, Paraguai. ivanimonsuethalvesoliveira@gmail.com.

⁴ Especialista em Contabilidade Pública e Lei de Responsabilidade Fiscal pela Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil. antonielson.rodrigues@unemat.br

⁵ Doutor em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Erechim, RS, Brasil. gabrielmacalai@live.com.

⁶ Doutor em Tecnologia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil. marttemsantana@ufpi.edu.br.

resultados quantitativos ganham maior importância do que o processo educativo em si. Valores educacionais fundamentais, como a formação integral dos alunos e a consideração das particularidades das comunidades rurais, muitas vezes são negligenciados ou desvalorizados.

PALAVRAS-CHAVE: Financeirização; Educação; Escolas campesinas

ABSTRACT: This summary presents a synthesis of the theme, methodology, results and keywords related to the financialization of education and its influences on peasant schools. The objective is to highlight the impact of the advancement of financial logic in the educational field, specifically in schools located in rural areas, known as peasant schools. To understand the influences of the financialization of education in peasant schools, a comprehensive literature review was carried out. Various sources were consulted, such as scientific articles, books, reports and government documents. The methodology included the search for relevant information, selection and critical analysis of the studies most pertinent to the topic. The financialization of education has generated significant impacts on peasant schools. Financial logic, centered on the search for profit and competitiveness, has led to a series of negative consequences. Peasant schools, which often operate with limited resources and face specific challenges such as a lack of adequate infrastructure, are affected in a number of ways. The influence of the financialization of education may result in the privatization of education in rural areas. This phenomenon can lead to exclusion and segmentation, making it difficult for rural students to access quality education. Furthermore, the emphasis on financial aspects can lead to a marketing vision of education, with the prioritization of results and the loss of fundamental educational values, such as the comprehensive training of students and respect for the specificities of rural communities. Furthermore, the emphasis on financial logic in education results in a marketing vision, in which performance and quantitative results gain greater importance than the educational process itself. Fundamental educational values, such as the comprehensive training of students and consideration of the particularities of rural communities, are often neglected or devalued.

KEYWORDS: Financialization; Education; Peasant schools

INTRODUÇÃO

A instituição educacional transcende sua função como mero local de disseminação do conhecimento, configurando-se simultaneamente como espaço de socialização, interação interpessoal e engajamento político. Assim, assume o papel de entidade destinada à socialização dos indivíduos, capacitando-os para enfrentar os desafios do mundo físico, societário, econômico e político. Guimarães (2014, p. 54) destaca que "a instituição

educacional, em suas múltiplas perspectivas, assume um papel essencial no desenvolvimento intelectual e afetivo do indivíduo" e também no fomento do desenvolvimento da sociedade, pois é nesse ambiente que internalizamos princípios democráticos e participação cívica.

No contexto da educação do campo, como forma de instrução erguida nas áreas rurais, sua presença tem raízes profundas na realidade brasileira. Sua origem pode ser rastreada até cerca de 1889, durante a Proclamação da República, quando o Ministério da Agricultura, Comércio e Indústria foi criado, sendo incumbido, entre outras responsabilidades, de amparar os aprendizes rurais. Contudo, esse ministério foi abolido entre 1894 e 1906. Por volta de 1909, ele foi reestabelecido como um centro educacional voltado para a formação de agrônomos. A partir desse ponto, o governo republicano passou a entender a educação como um veículo para modernizar o país, o que culminou na criação de escolas nas propriedades rurais, marcando o início da trajetória da educação rural (SOUZA, 2014).

A financeirização da educação tem emergido como um tópico cada vez mais relevante, levantando preocupações sobre suas implicações na qualidade e acessibilidade do ensino, especialmente em áreas rurais. Este estudo procura explorar a intersecção entre a financeirização e as escolas camponesas, investigando como a lógica financeira tem impactado essas instituições e os alunos nelas matriculados (OLIVEIRA, 2009).

O cerne desta pesquisa está centrado na potencial influência negativa da financeirização da educação nas escolas camponesas. Isso pode resultar em uma possível privatização do ensino e na minimização de aspectos pedagógicos e comunitários. Diante dessas tendências, surge a pergunta sobre como as escolas camponesas têm sido afetadas e como é possível manter um equilíbrio entre a lógica financeira e os objetivos educacionais.

A hipótese subjacente a este estudo é que a crescente influência da financeirização tem o potencial de comprometer a missão educacional das escolas camponesas, priorizando resultados financeiros em detrimento da qualidade do ensino e da atenção às necessidades específicas das comunidades rurais. A privatização do ensino nessas áreas pode levar à exclusão e segmentação, limitando o acesso à educação de qualidade para os estudantes rurais (CUNHA, 2018).

A relevância desta pesquisa reside na necessidade de compreender as implicações da financeirização da educação nas escolas camponesas. Essas instituições frequentemente enfrentam desafios únicos, como recursos limitados e infraestrutura precária, tornando-as mais suscetíveis aos efeitos da comercialização do ensino. Investigar essa questão é vital

para garantir que a educação rural permaneça inclusiva, contextualmente relevante e capaz de promover o desenvolvimento integral dos alunos (FRIAS, 2017).

Este estudo busca contribuir para as discussões sobre políticas educacionais, fornecendo insights sobre como equilibrar as demandas financeiras com os objetivos educacionais nas escolas camponesas. Além disso, visa sensibilizar sobre a necessidade de preservar os valores educacionais fundamentais, considerando a diversidade das comunidades rurais. Ao examinar a complexa interação entre a financeirização e a educação rural, espera-se gerar conhecimento que possa embasar decisões e ações para promover uma educação equitativa e de qualidade nas áreas rurais.

O objetivo principal é destacar o impacto do avanço da lógica financeira no campo educacional, concentrando-se especificamente nas escolas localizadas em áreas rurais, conhecidas como escolas camponesas. O enfoque deste estudo é compreender de que maneira a crescente influência da lógica financeira tem afetado a qualidade e o acesso à educação nessas áreas, enfatizando os desafios enfrentados por essas instituições.

O processo educativo, intrinsecamente ligado à história, proporciona uma perspectiva específica para interpretar o desenvolvimento dos eventos naturais e das interações sociais. Dessa maneira, indivíduos acessam um acervo de saberes, habilidades, valores e comportamentos que se transformaram em um legado, sendo produzidos e acumulados ao longo da trajetória da humanidade. Isso contribui para a construção da identidade do indivíduo como parte integrante da comunidade humana. Portanto, a educação desempenha um papel primordial em todas as sociedades, pois é por meio dela que as pessoas se apropriam dos conhecimentos gerados por gerações passadas, dos valores, das estruturas organizacionais, dos modos de pensamento e das ações no mundo.

METODOLOGIA

Conforme amplamente reconhecido, a metodologia é conceptualizada e compreendida como a disciplina dedicada de maneira sistemática e rigorosa ao estudo científico e aprofundado dos procedimentos de investigação, bem como à forma pela qual os resultados provenientes dessas investigações são minuciosamente expostos e apresentados. Em outras palavras, a metodologia ocupa uma posição central e fundamental na determinação do sucesso e da qualidade de um estudo acadêmico ou científico, uma vez que se concentra na explicação detalhada e criteriosa de todo o processo que, por sua vez,

molda e influencia os desdobramentos e resultados subsequentes. Essa abordagem e enfoque metodológico contribuem significativamente para a configuração e composição final do trabalho de pesquisa em questão.

No que diz respeito ao seu *modus operandi* ou forma de operar, utiliza-se uma abordagem de pesquisa bibliográfica, a qual se fundamenta e baseia nas obras e publicações já existentes e relevantes sobre o cerne da pesquisa. Conforme Lakatos e Marconi (2010, p.183) sustentam, essa perspectiva abrange todas as publicações, escritos e materiais pertinentes ao núcleo da pesquisa em questão. O primeiro passo desse processo metodológico consistiu em realizar uma busca sistemática e abrangente nas bases de dados mais reconhecidas e renomadas, como Scielo, Web of Science, Sage Pub, entre outras plataformas. Isso incluiu a consulta de obras individuais, boletins, periódicos, revistas acadêmicas, volumes literários, análises críticas, monografias, teses, materiais cartográficos e similares. Essa abordagem tem como objetivo principal fornecer aos pesquisadores e estudiosos um acesso direto e abrangente ao conjunto de informações, conhecimentos e registros documentados, verbalizados ou capturados acerca de uma temática específica de pesquisa. Esse processo de busca e seleção de materiais também envolveu a utilização de palavras-chave em língua portuguesa, como educação, ensino fundamental, ensino superior, fundos de investimento, conglomerados educacionais, financeirização, privatização, escolas rurais e mercantilização docente, a fim de abranger de maneira completa as possíveis abordagens e ângulos da pesquisa.

Quanto à abordagem metodológica adotada, optou-se por seguir uma abordagem qualitativa, fundamentada na premissa de que múltiplas realidades coexistem e podem ser retratadas e compreendidas por meio da coleta e análise das expressões autênticas e genuínas de diferentes indivíduos envolvidos no contexto da pesquisa. Isso resulta em uma representação mais rica e diversificada das perspectivas e visões existentes (CRESWELL, 2014, p. 32).

De acordo com os objetivos estabelecidos para esta pesquisa, ela é caracterizada como descritiva, sendo que, conforme destacado por Gonçalves (2007, p. 67), essa tipologia de pesquisa engloba aquelas que buscam atualizar e retratar as características de um determinado grupo social, examinar o nível de atendimento e desempenho do sistema educacional, bem como investigar as relações existentes entre variáveis pertinentes ao tema em análise.

Segundo Gil (2008), a análise da organização dos dados busca resolver o problema de investigação. As respostas recebidas são interpretadas para obter uma perspectiva mais ampla ao mesmo tempo em que as relacionam com os conceitos já adquiridos. Os procedimentos analíticos e interpretativos são adequados ao objetivo da pesquisa, sendo cruciais para direcionar para o objetivo pretendido. A reflexão sobre a informação, inspirada nas teorias educacionais e administrativas, culmina em um relato que destaca a importância de investir no desenvolvimento dos profissionais, garantindo o comprometimento com os recursos destinados ao ensino fundamental. Além disso, enfatiza a necessidade de aqueles com autoridade superior priorizarem a formação de equipes que promovam o desenvolvimento e a execução voluntária de recursos.

No que se refere aos critérios de seleção de materiais e fontes, a escolha recaiu sobre trabalhos redigidos em língua portuguesa e fontes afins, disponíveis integralmente e de forma gratuita para consulta e análise. Em relação à delimitação temporal, ficou estabelecido o período a partir do ano de 2001 como ponto de partida para a busca e inclusão de materiais relevantes. Exclusivamente no que tange ao critério de exclusão, foi determinado o descarte de todo e qualquer material que se demonstrasse inconsistente, incongruente ou não alinhado com os parâmetros e critérios de inclusão previamente estipulados e definidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentro dessa estrutura, entidades como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) desempenham o papel de representantes dos movimentos sociais e sindicais do meio rural. Outra mudança de considerável impacto foi a adoção, pelo MEC, da terminologia proposta pelos movimentos sociais, substituindo "Educação Rural" por "Educação do Campo". É notável que, apesar da mudança de nomenclatura, os princípios e práticas subjacentes permanecem consistentes, conforme argumentado por Souza (2014).

Uma parte substancial de políticos e educadores argumenta que o avanço no processo de ensino decorre da abordagem de salas de aula com turmas únicas e das melhores condições presentes em escolas centralizadas, em comparação com o histórico de inadequação das escolas que abrigam várias séries. Por outro lado, considerações de natureza econômica e administrativa sustentam que os custos associados à centralização são mais

baixos do que os gastos relacionados à manutenção de turmas com múltiplas séries. Isso deriva da menor necessidade de contratação de professores e funcionários por aluno, o que, por sua vez, permite uma maior alocação de recursos para investimentos em infraestrutura e desenvolvimento docente, conforme analisado por Gonçalves (2010).

Em um cenário de desigualdades profundas e carência de oportunidades, que resultam em dificuldades ou mesmo impossibilidades de acesso a direitos fundamentais, como evidenciado em várias áreas, emerge a urgente necessidade de elaborar uma série de políticas e programas variados. Essa demanda estende-se ao campo educacional, pois a mera provisão de instrução pública não é suficiente para a grande maioria dos estudantes. É crucial garantir condições que não apenas permitam o acesso à educação, mas também assegurem a permanência dos alunos no ambiente escolar, uma vez que isso é sustentado por Moura (2011).

Diante dessa conjuntura, em que a sociedade brasileira enfrenta desigualdades profundas, é necessário adotar uma abordagem multifacetada para atender às diversas necessidades individuais, especialmente no âmbito educacional. Garantir a oferta de educação pública não é mais que um primeiro passo; é essencial criar as condições para que os alunos possam realmente usufruir desse direito e permanecer no ambiente educacional.

Para efetivar melhorias na qualidade do ensino e na expansão da educação, é necessária uma série de empreendimentos, incluindo a aquisição, construção e manutenção das instalações e equipamentos necessários. Além disso, os sistemas educacionais demandam a produção de levantamentos estatísticos, pesquisas e estudos para o contínuo aprimoramento. A manutenção dos recursos e serviços voltados à esfera educacional, juntamente com o suporte a atividades complementares, também se mostra de suma importância. A concessão de bolsas a estudantes de instituições públicas e privadas, assim como a amortização e financiamento de operações de crédito, são outros aspectos cruciais. A aquisição de material didático e a manutenção de programas de transporte escolar também são elementos indispensáveis para proporcionar um ambiente de aprendizado propício (ADRIÃO; PINTO, 2006, p. 31).

Como indicado por Adrião e Pinto (2006), tanto a União quanto os Estados e Municípios investem na qualidade educacional, com o financiamento individual por aluno sendo um fator chave, estipulando-se um valor mínimo de R\$ 155,00. No entanto, observou-se que os recursos fornecidos pelo Fundef ficam abaixo do montante inicialmente estimado.

A financeirização da educação, como um fenômeno intrinsecamente ligado à crescente influência do mercado e da lógica financeira no campo educacional, demonstrou ter implicações profundas e complexas nas escolas localizadas em áreas rurais. A análise dos dados coletados e a revisão da literatura destacam várias influências negativas que a financeirização pode exercer sobre essas instituições e as comunidades rurais em que estão inseridas (COHEN, 2020).

Uma das principais conclusões é a tendência à privatização do ensino nas áreas rurais, impulsionada pela lógica de lucro e competitividade. O aumento do envolvimento de entidades privadas na gestão e financiamento das escolas rurais pode levar à fragmentação do sistema educacional, dificultando o acesso igualitário e comprometendo a identidade comunitária dessas instituições. A privatização também pode gerar disparidades significativas na qualidade da educação, uma vez que as escolas rurais frequentemente operam com recursos limitados (ADRIÃO; DOMICIANO, 2018).

Além disso, a influência da financeirização tende a desviar o foco da missão educacional. A busca pelo lucro e por resultados quantitativos pode minimizar a importância da formação integral dos alunos e da adaptação do currículo às especificidades culturais e sociais das comunidades rurais. A ênfase em avaliações padronizadas e métricas de desempenho pode suprimir abordagens de ensino contextualizadas e participativas, resultando em uma educação homogeneizada que não atende às diversas necessidades dos estudantes rurais (COHEN, 2020).

No entanto, enquanto os resultados apontam para impactos negativos significativos, também ressaltam oportunidades de resistência e mudança. Algumas escolas rurais têm adotado estratégias criativas para se adaptar às pressões financeiras, como parcerias com organizações comunitárias e a adoção de abordagens de ensino fundamentadas nas realidades locais. Essas iniciativas apontam para a possibilidade de preservar a identidade e a qualidade da educação mesmo sob a influência da financeirização (SOUZA, 2018).

Nesse contexto, a educação do campo enfrenta desafios adicionais, incluindo o fechamento de muitas escolas rurais. Um levantamento conduzido pelo Fórum Educação no Campo (2022) revelou que mais de 100 mil escolas rurais foram fechadas nas últimas duas décadas no Brasil. Isso chama a atenção para as condições precárias das poucas escolas rurais que permanecem em funcionamento. Isso resulta em uma realidade na qual os alunos frequentemente precisam se adaptar a realidades de outras localidades, outras escolas e até mesmo mudar de localidade.

Conforme as observações feitas por Menezes em seu estudo de 2012, torna-se claramente evidente que a concessão de subsídios provenientes da União para os Estados e Municípios assume uma importância de suma relevância no que tange à promoção de uma educação em período integral que perdure no longo prazo. O autor do estudo sustenta a ideia de que, inicialmente, é o Ministério da Educação (MEC) que presta suporte nesse âmbito; contudo, emerge uma carência alarmante de recursos consistentes e fidedignos capazes de respaldar a garantia de uma instrução de qualidade inquestionável. Apesar dessa circunstância, é digno de nota que já se têm experimentado avanços notáveis no contexto das políticas direcionadas a atender a essa premente demanda.

Frequentemente, deparamo-nos com a situação em que os municípios desempenham o papel de elos mais frágeis dentro do panorama das políticas e financiamentos voltados para a educação, circunstância essa que, por sua vez, poderá resultar na atribuição excessiva de responsabilidades a eles. No momento em que se procede à análise do impacto efetivado pelo FUNDEF e pelo FUNDEB na atenuação das disparidades de cunho territorial, Araújo, por meio de sua pesquisa datada em 2013, engendra uma matriz que contempla tanto os desembolsos financeiros quanto a qualidade intrínseca do estágio inaugural da educação nos diversos municípios brasileiros. Os resultados desse minucioso estudo desnudam a realidade de que, a fim de que uma política sob o selo de regulamentação por parte da União seja capaz de efetivar a redução dessas disparidades, um aporte financeiro de proporções significativas se afigura como requisito premente. Em virtude das deduções extraídas das conclusões desse estudo, emerge a sugestão de que, à ausência de um aumento nos influxos financeiros providos pela União, toda e qualquer forma de progresso na direção de um maior nivelamento no que concerne à educação, acaba por assumir um caráter improvável.

Com base nas proposições apresentadas por Castro em sua obra de 2011, é patente a transformação em andamento no âmbito da alocação de recursos financeiros para a educação no contexto do Brasil, engendrando um processo que se traduz na transferência de responsabilidades a cargo dos municípios, os quais se veem incumbidos de priorizar de maneira absoluta o segmento da educação fundamental, de forma a se resguardarem contra os efeitos deletérios de eventuais contingenciamentos orçamentários. Contudo, é imperativo destacar que a previsão em relação à injeção de recursos adicionais é, lamentavelmente, inexistente, a não ser pelo fato de que há uma inclusão planejada de outros degraus educacionais, mediante o instrumento do Fundeb. O autor da obra enfatiza a urgência de outorgar primazia tanto em termos políticos quanto econômicos à esfera da educação,

enquanto também se preconiza a ampliação do acesso às estruturas educacionais já existentes, debruçando-se sobre problemáticas que abarcam, dentre outros aspectos, as flutuações inflacionárias, os atos de corrupção e a carência de vigilância social acerca das instâncias judiciais. Castro frisa que essas problemáticas se encontram estreitamente interligadas, ecoando a tendência de privatização do aparato estatal, além de corroborarem o direcionamento de subsídios para instituições educacionais privadas.

Em resumo, a pesquisa destaca que a financeirização da educação tem o potencial de provocar transformações profundas nas escolas rurais e nas comunidades em que estão inseridas. A privatização, a redução da qualidade educacional e a perda dos valores comunitários são desafios reais. No entanto, a conscientização sobre esses desafios pode servir como ponto de partida para o desenvolvimento de estratégias que protejam e fortaleçam a educação nas áreas rurais, preservando sua identidade e promovendo um ensino de qualidade que atenda às necessidades dos estudantes camponeses, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais (BAHEMA EDUCAÇÃO, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação do Campo surge como um paradigma educativo inovador, direcionado especificamente para as populações que habitam áreas rurais, alinhado a um enfoque educacional renovado. Este novo paradigma abrange uma perspectiva abrangente que incorpora um projeto de sociedade fundamentado na sustentabilidade das regiões rurais. Sob essa concepção, emergem instituições de ensino que se sintonizam com os valores e peculiaridades das comunidades rurais, ao mesmo tempo em que enfatizam a importância de fortalecer o senso de pertencimento dos habitantes do campo às suas raízes culturais e territoriais.

Além disso, essa abordagem pedagógica impulsiona uma análise crítica das dinâmicas sociais, particularmente das relações de poder moldadas pelas questões agrárias e produtivas. Ao adotar e incorporar o conceito de Educação do Campo, o objetivo principal é advogar pelos direitos das populações rurais em relação às políticas públicas educacionais. Isso se traduz em garantir e ampliar o acesso, a continuidade e o pleno exercício do direito à educação de qualidade nas áreas rurais.

Adicionalmente, essa abordagem preconiza o respeito pelos saberes, cultura, conhecimentos e métodos de produção específicos do contexto rural. A discussão acerca da financeirização da educação e suas implicações nas escolas localizadas em áreas campestres revela uma interação complexa entre as exigências do mercado e os objetivos educativos. As consequências dessa interação são amplas, afetando não apenas a qualidade da educação oferecida, mas também a essência das instituições educacionais e a igualitária acessibilidade dos estudantes às oportunidades de aprendizado.

Inúmeras pesquisas têm enfatizado que a financeirização pode desencadear a privatização do ensino nas regiões rurais, trazendo desafios significativos para as escolas do campo. Esse fenômeno pode resultar em segregação e exclusão, minando o acesso equitativo à educação de qualidade para os alunos oriundos de comunidades rurais. Além disso, a pressão por resultados financeiros pode desviar o foco dos objetivos pedagógicos essenciais, priorizando métricas quantitativas em detrimento do desenvolvimento integral dos alunos e da consideração das particularidades locais.

Contudo, os estudos também têm destacado a resiliência das escolas rurais diante dessas influências. Algumas instituições têm adotado estratégias inovadoras para enfrentar os desafios financeiros, buscando parcerias e abordagens adaptativas que preservem a excelência da educação e a conexão com as comunidades rurais. Essa perspectiva sugere que é possível resistir à financeirização, o que pode contribuir para a construção de alternativas educacionais mais sustentáveis e alinhadas às necessidades locais.

Com o objetivo de garantir a contínua função das escolas rurais na promoção da educação de qualidade e no desenvolvimento das comunidades rurais, é fundamental reavaliar as políticas e práticas educacionais. A formulação de diretrizes que reconheçam a importância da educação contextualizada, o investimento adequado nessas instituições e o reconhecimento do papel dos educadores são etapas cruciais para mitigar os efeitos adversos da financeirização.

Em última análise, a pesquisa enfatiza a necessidade de encontrar um equilíbrio sensato entre as demandas financeiras e os valores educativos nas escolas rurais. Ao preservar a identidade local, promover abordagens pedagógicas inovadoras e manter um ambiente educacional inclusivo, é viável enfrentar os desafios impostos pela financeirização e construir um futuro em que as escolas do campo mantenham seu papel vital na construção de sociedades mais justas e bem-informadas.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa; PINTO, José Marcelino de Rezende. Noções gerais sobre o financiamento da educação no Brasil. *EccoS Revista Científica*, São Paulo, v. 8, n. 1, jan./jun. 2006, p. 23-46. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/715/71580102.pdf>. Acesso em: 28 junho de 2023

ADRIÃO, Theresa; DOMICIANO, Cássia Alessandra. Educação Pública e as Corporações: avanços e contradições em uma década de ampliação de investimento no Brasil. *FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação*, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 1-18, abr. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.17648/fineduca-2236-5907-v8-79084>. Acesso em: agosto de 2023.

ARROYO, Miguel Gonzales e FERNANDES, Bernado Mançano. A educação básica e o movimento social do campo – por uma educação básica do campo. Brasília: MST – Coordenação da Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2011. Disponível em: <educampoparaense.eform.net.br>. Acesso em: 02 de abril. 2017.

ARAÚJO, Raimundo Luiz Silva. Limites e possibilidades da redução das desigualdades territoriais por meio do financiamento da educação básica. 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde17122014-114038/pt-br.php>. Acesso em: junho de 2023.

BAHEMA EDUCAÇÃO. Escola Mais. 2020. Disponível em: <https://www.bahema.com.br/>. Acesso em: agosto de 2023.

CASTRO, Jorge Abrahão. Financiamento da educação pública no Brasil: evolução dos gastos. In.: GOUVEIA, Andréa Barbosa; PINTO, José Marcelino Rezende; CORBUCCI, Paulo Roberto (orgs.). *Federalismo e políticas educacionais na efetivação do direito à educação no Brasil*. Brasília: Ipea, 2011. 227 p. ISBN: 978-85-7811-091-8. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_federalismopolitica.s.pdf. Acesso em: junho de 2023.

COHEN, Michael Ian. Business-inspired school reform in the era of financialization: not business as usual. *Educational Policy*, v. 36, n. 3, 624-652, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0895904820904736>. Acesso em: agosto de 2023.

CUNHA, Joana. Conglomerados do ensino superior avançam sobre a educação básica. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 jun. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/06/conglomerados-do-ensino-superior-avancam-sobre-a-educacao-basica.shtml?loggedpaywall>. Acesso em: agosto de 2023.

CRESWEL, J. W. *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa, escolhendo entre cinco abordagens*, 3ª Ed. Penso, Porto Alegre, 2014.

FRIAS, Maria Cristina. Somos Educação planeja investir R\$100 milhões em aquisições. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 jul. 2017. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/mercadoaberto/2017/07/1899925-somos-educacao-planeja-investir-r-100-milhoes-em-aquisicoes.shtml>. Acesso em: agosto de 2023.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 17. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

GONÇALVES, G.B.B. Nucleação das escolas rurais. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnica de Pesquisa Social. 6ª edição – São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, Mario Neves et al. Escola: Espaço de Construção do Conhecimento. Santa Maria-rio Grande do Sul, ago. 2014. Disponível em: http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/Modalidade_2datahora_25_05_2014_18_05_13_idinscrito_1225_4fc6da7bf11dada67f42200495a3dd64.pdf. Acesso em: agosto de 2023.

LAKATOS, Eva Maria.; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

MENEZES, Janaina S. S.. Educação em tempo integral: direito e financiamento. Educar em Revista. Curitiba: Editora UFPR, n. 45, jul./set. 2012, p. 137-152. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602012000300010&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: junho de 2023.

MOURA, Ana Paula Monteiro de; CRUZ, Rosana evangelista. Eixo 1 Políticas públicas, financiamento, avaliação e gestão da educação. A Política do Transporte Escolar no Brasil. 2011.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. Educação & Sociedade, Campinas, v. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000300006>. Acesso em: agosto de 2023.

PINTO, José Marcelino de Rezende. Financiamento da educação no Brasil: um balanço do governo FHC (1995-2002). Educ. Soc., Campinas, v. 23, n. 80, set. 2002, p. 108-135. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12927.pdf>. Acesso em: agosto de 2023.

RODRIGUEZ, Vicente. Financiamento da educação e políticas públicas: o Fundef e a política de descentralização. Cadernos Cedes, Campinas, ano XXI, n. 55, nov. 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622001000300004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: agosto de 2023.

SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de. Uma história de desigualdade, a concentração de renda entre os ricos no Brasil (1926-2013). São Paulo: Hucitec; Anpocs, 2018.

SOUZA, Marilsa Miranda de. Imperialismo e educação do campo. Araraquara: São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.